

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

9º PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR, DA ÁREA DE DIREITO, DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA-RJ

INSTRUÇÕES

1. VERIFIQUE COM MUITA ATENÇÃO ESTE CADERNO DE PROVAS. ELE DEVE CONTER **20 (VINTE)** QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA, COM 04 (QUATRO) OPÇÕES DE RESPOSTAS, ASSIM COMO **02 (DUAS)** QUESTÕES DISCURSIVAS SOBRE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.
2. PARA CADA QUESTÃO DE MÚLTIPLA ESCOLHA EXISTE APENAS **UMA RESPOSTA CERTA**.
3. AO RECEBER AS FOLHAS DE RESPOSTAS, **IDENTIFIQUE-AS** COM **SEU NÚMERO DE INSCRIÇÃO** NO CAMPO APROPRIADO.
4. NÃO FAÇA QUALQUER SINAL, NOME OU ASSINATURA NA PROVA. ESSAS CONDUTAS, BEM COMO A UTILIZAÇÃO DE QUALQUER MEIO ILÍCITO NA REALIZAÇÃO DO EXAME, ACARRETERÃO A ATRIBUIÇÃO DE GRAU ZERO E A ELIMINAÇÃO DO CANDIDATO.
5. AS RESPOSTAS DAS QUESTÕES DISCURSIVAS DEVERÃO SER JUSTIFICADAS.
6. UTILIZAR SOMENTE CANETA ESFEROGRÁFICA **PRETA** OU **AZUL** PARA AS RESPOSTAS.
7. SOMENTE SERÃO FORNECIDAS DUAS FOLHAS DE RASCUNHO, AS QUAIS NÃO SERÃO CONSIDERADAS PARA EFEITO DE CORREÇÃO.
8. É VEDADA A CONSULTA DE QUALQUER NATUREZA, INCLUSIVE À LEGISLAÇÃO OU À DOUTRINA.
9. O EXAME TERÁ DURAÇÃO DE **4H (QUATRO HORAS)**.
10. O CANDIDATO SOMENTE PODERÁ RETIRAR-SE DA SALA APÓS TRANSCORRIDA 1h (UMA HORA) DO INÍCIO DA PROVA.

CONFIE EM VOCÊ E BOA SORTE

**9º CONCURSO DE ESTAGIÁRIOS
DA PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE
SÃO PEDRO DA ALDEIA**

**Primeira parte: questões objetivas
de conhecimentos específicos.**

QUESTÃO 01

O atributo que autoriza o Poder Público a editar atos administrativos obrigacionais que interferem na esfera jurídica dos administrados, independentemente da respectiva aquiescência, denomina-se:

- a) Imperatividade.
- b) Autoexecutoriedade.
- c) Coercibilidade.
- d) Presunção de veracidade.

QUESTÃO 02

Em relação ao controle da administração pública, assinale a opção correta:

- a) Ajuizada a ação pelo Ministério Público para responsabilização de servidor por ato de improbidade, não poderá ser instaurado processo administrativo disciplinar contra esse servidor, em decorrência da vedação ao *bis in idem*.
- b) Devido à garantia constitucional de independência entre os poderes, a apreciação do ato administrativo pelo Poder Judiciário restringe-se aos aspectos de legalidade.
- c) A ação de improbidade administrativa não representa forma de controle do ato administrativo, visto que não visa anulá-lo, mas somente à responsabilização do agente

público.

- d) A pendência de apreciação de recurso administrativo interposto e recebido com efeito suspensivo impede peremptoriamente a utilização das vias judiciais para contestação do ato administrativo pendente de decisão.

QUESTÃO 03

Assinale a opção correta:

- a) Tratando-se do exercício do poder de polícia, prescreve em 10 anos, contados da data da prática do ato, a pretensão punitiva da administração pública para apurar a infração.
- b) O conceito de poder de polícia tem sede doutrinária e jurisprudencial, mas não está positivado no ordenamento jurídico brasileiro.
- c) A imperatividade, a autoexecutoriedade e a coercibilidade são atributos do poder de polícia.
- d) O poder de polícia não é exercido mediante atos administrativos normativos, mas apenas mediante atos individuais de efeitos concretos.

QUESTÃO 04

Sobre a competência é correto afirmar:

- a) nas ações fundadas em direito real sobre imóvel, o foro competente será sempre o da situação da coisa.
- b) nas ações fundadas em direito pessoal, em regra, a competência será do foro do domicílio do réu.
- c) nas ações fundadas em direito

real sobre bens móveis, a competência será, em regra, da situação da coisa.

- d) nas ações fundadas em direito real sobre imóveis, em hipótese alguma verifica-se a possibilidade de eleição de foro pelos interessados.

QUESTÃO 05

De acordo com o artigo 263, parte inicial, do Código de Processo Civil, nos foros onde houver mais de uma vara:

- a) a prevenção ocorrerá tão logo distribuída a ação.
- b) a prevenção ocorrerá com a citação válida do réu.
- c) a prevenção ocorrerá com o despacho inicial do juiz.
- d) a prevenção ocorrerá com a citação do réu, ainda que ordenada por juiz incompetente.

QUESTÃO 06

Compete à Justiça Federal o julgamento de:

- a) Ação civil pública para anulação de licenciamento ambiental referente a construção de gasodutos situados no leito marinho.
- b) Crime de corrupção passiva praticado por diretor da Petrobrás.
- c) Ação de improbidade administrativa por desvio de recursos de Fundo Previdenciário dos servidores de determinado município.
- d) Ação para demolição de quiosques na orla de lagoa estadual.

QUESTÃO 07

Não compete ao Ministério Público intervir:

- a) nas causas em que há interesses de incapazes.
- b) nas causas concernentes ao estado da pessoa, pátrio poder, tutela, curatela, interdição, casamento, declaração de ausência e disposições de última vontade.
- c) nas causas que envolvam interesses públicos secundários dos entes públicos.
- d) nas ações que envolvam litígios coletivos pela posse da terra rural e nas demais causas em que há interesse público evidenciado pela natureza da lide ou qualidade da parte.

QUESTÃO 08

Quanto à **personalidade civil**, o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS é:

- a) pessoa jurídica de direito público interno de administração indireta.
- b) pessoa jurídica de direito público interno de administração direta.
- c) pessoa jurídica de direito privado.
- d) fundação pública.

QUESTÃO 09

"A" promete doar a "B" sua valiosíssima coleção de moedas, desde que "B" cuide do gato de "A" enquanto o bichano viver. Tal limitação voluntária aos efeitos do ato pretendido por "A" traduz:

- a) Condição resolutiva.
- b) Encargo.

- c) Condição potestativa ilícita.
- d) Condição suspensiva.

QUESTÃO 10

Sobre a invalidade do negócio jurídico:

- a) O sistema de invalidades do casamento foge inteiramente ao regime comum dos negócios jurídicos.
- b) O Ministério Público jamais poderá alegar nulidade absoluta.
- c) Os prazos para invalidação do negócio jurídico, quanto aos vícios de vontade, são decadenciais, pois referem-se a direitos potestativos do interessado.
- d) O provimento jurisdicional de anulação de determinado negócio jurídico é alcançado por meio de ação mandamental.

QUESTÃO 11

Com relação à tentativa, julgue as assertivas abaixo:

I- Tem natureza jurídica de norma penal de adequação típica, por subordinação mediata, de caráter objetivo.

II- Também é conhecida pela doutrina como *conatus*.

III – É admitida nos delitos culposos.

IV – Ocorre tentativa branca nas hipóteses nas quais o objeto material do crime não é atingido.

- a) Todas as afirmativas acima estão certas.
- b) Apenas duas afirmativas estão certas.
- c) Apenas uma afirmativa está errada.

- d) Apenas uma afirmativa está certa.

QUESTÃO 12

João, aproveitando-se da distração de Carla, que aguardava junto à faixa de pedestres para atravessar uma rua de São Pedro da Aldeia, subtrai o telefone celular que Carla carregava em sua bolsa, que estava como zíper aberto. Alertados por Carla, os policiais militares que patrulhavam a região perseguiram João que, durante a fuga, atirou o telefone celular de Carla no chão, tendo o aparelho se despedaçado de modo irrecuperável. Após se livrar do telefone subtraído de Carla, João foi detido pelos policiais e encaminhado à delegacia de polícia local, onde foi lavrado auto de prisão em flagrante em desfavor de João e devolvidos a Carla os restos do seu telefone.

Na situação acima descrita, João responderá por qual crime:

- a) Furto tentado.
- b) Furto consumado.
- c) Roubo tentado.
- d) Não houve crime, em razão da atipicidade formal da conduta de João, denominada pela doutrina de teoria da insignificância.

QUESTÃO 13

Jeferson, policial federal, no intuito de pregar uma peça no seu colega Victor, simula apontar uma arma para a cabeça de Victor, também policial, com o dedo indicador, enquanto Victor estacionava sua motocicleta em uma movimentada praça. Assustado com a abordagem simulada por Jeferson, Victor saca sua arma de fogo e efetiva disparo na direção do amigo, pensando

tratar-se de um roubo. Apenas um tiro é disparado, cessando a reação logo que Victor percebe tratar-se de uma brincadeira do amigo Jeferson. Apesar de Jeferson não ter sido atingido pelo disparo, o projétil atinge uma criança de seis anos de idade que brincava na praça, vindo a menor a falecer em decorrência do ferimento por arma de fogo.

Diante da situação fática acima descrita, assinale a alternativa que corresponde ao correto enquadramento penal da conduta de Victor e Jeferson:

- a) Victor responderá pelo crime de homicídio culposo e Jeferson por homicídio doloso, com dolo direto.
- b) Victor e Jeferson responderão pelo crime de homicídio culposo, em razão de terem agido com imprudência.
- c) Victor é isento de pena e Jeferson responderá por homicídio doloso. (dolo eventual)
- d) Victor não praticou crime, pois agiu em legítima defesa real (causa excludente da antijuridicidade) e Jeferson responde por homicídio culposo.

QUESTÃO 14

No que concerne à responsabilidade penal da pessoa jurídica no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) As pessoas jurídicas podem ser responsabilizadas criminalmente em caso da prática de qualquer crime na legislação penal brasileira pelos seus gestores.
- b) As pessoas jurídicas estão sujeitas à responsabilização criminal exclusivamente em relação às condutas e atividades

consideradas lesivas ao meio ambiente.

- c) Não é possível a responsabilização penal da pessoa jurídica tendo em vista a impossibilidade de aferição da sua culpabilidade.
- d) Não é possível a responsabilização criminal da pessoa jurídica, sendo puníveis apenas os gestores responsáveis pela sua administração, haja vista a impossibilidade de imputação penal objetiva.

QUESTÃO 15

Com relação ao inquérito policial, assinale a alternativa errada:

- a) A autoridade policial, após a conclusão do inquérito policial, caso não se convença da presença de indícios de autoria e materialidade do crime investigado, deve lavrar o respectivo relatório e encaminhar os autos Ministério Público para a formação da *opinio delicti*, não sendo possível o arquivamento na esfera policial.
- b) O juiz, ao não concordar com a promoção de arquivamento do Ministério Público, deve remeter os autos ao Procurador-Geral, que, em tal hipótese, está obrigado ao oferecimento de denúncia.
- c) Após a homologação, pelo juiz, da promoção de arquivamento elaborada pelo Ministério Público, é possível o desarquivamento e o reinício das investigações pelo órgão ministerial, mediante autorização do juízo, desde que surjam novas provas.
- d) É lícito a determinação ao órgão

do Ministério Público oficiante determinar o retorno dos autos às dependências da polícia, para a realização de diligências requisitadas, mesmo que o inquérito já esteja relatado pela autoridade policial com sugestão de arquivamento.

QUESTÃO 16

Assinale a alternativa correta:

- a) Quando o Ministério Público promove o arquivamento do inquérito policial, é possível ao ofendido o oferecimento de queixa subsidiária, caso não concorde com o arquivamento.
- b) A busca e apreensão pode ser determinada e cumprida diretamente pela autoridade policial.
- c) A prisão preventiva pode ser decretada de ofício, pelo juiz ou pela autoridade policial.
- d) Os bens apreendidos devem ser restituídos, caso não sejam produto do crime e seu uso ou posse não constituam ato ilícito.

QUESTÃO 17

Assinale a alternativa correta:

- a) O flagrante forjado e o flagrante provocado não são admitidos pela legislação brasileira, ao tempo em que o flagrante esperado é permitido.
- b) O recurso cabível contra a decisão que rejeita a denúncia é a apelação.
- c) É cabível a impetração de *habeas corpus* nas hipóteses em que cabe apelação.
- d) A prisão em flagrante não é espécie de prisão cautelar.

QUESTÃO 18

O princípio da razoabilidade está implícito na seguinte garantia constitucional:

- a) Ampla defesa.
- b) Devido processo legal.
- c) Duração razoável do processo.
- d) Nenhuma das alternativas acima.

QUESTÃO 19

Assinale a afirmativa correta:

- a) A pena de morte é vedada no ordenamento brasileiro em qualquer circunstância.
- b) O princípio do duplo grau de jurisdição é previsto expressamente na Constituição Brasileira.
- c) O Federalismo adotado pelo Brasil é descrito pela doutrina como de segundo grau.
- d) O princípio da precaução, relativo à proteção do meio ambiente, possui previsão expressa no texto constitucional.

QUESTÃO 20

São funções essenciais à justiça:

- a) Magistratura, Ministério Público e Defensoria Pública.
- b) Magistratura, Ministério Público e polícia.
- c) Magistratura, advocacia e polícia.
- d) Ministério Público, Defensoria Pública e Advocacia Pública.

9º CONCURSO DE ESTAGIÁRIOS DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA

Segunda parte: questões discursivas de conhecimentos específicos.

PRIMEIRA QUESTÃO:

A criminalização da homofobia. Pontos obrigatórios de análise:

Conceito de homofobia; Constitucionalidade sob o prisma da isonomia; Há possibilidade de ponderação entre a questão da criminalização da homofobia e a liberdade de expressão e de crença? (40 linhas, no máximo)

SEGUNDA QUESTÃO:

Disserte sobre o Ministério Público no Estado Brasileiro.

Mínimo: 40 linhas. Máximo: 60 linhas

Nº Inscrição:

FOLHA DE RESPOSTA DAS QUESTÕES OBJETIVAS

	a	b	c	d
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				

	a	b	c	d
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				